

Se eu fosse deputado

CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE

SE EU FOSSE deputado federal, estaria hoje muito apreensivo. E se fosse deputado federal por São Paulo, minha apreensão atingiria limite angustiante. Isso porque me mandaram um documento terrível, que faz perder o sono e põe a consciência em estado de guerra.

Quem o assina é o Movimento em Defesa da Vida, formado por pessoas de todas as classes, homens e mulheres, sob orientação de geneticistas reputados e físicos nucleares não menos categorizados da USP.

Não é, pois, um desses inúmeros papéis que costumam circular por aí, sem autoria definida, reivindicando medidas declaradas ou disfarçadamente políticas. Sua origem é respeitável, e seu fundo assustador.

Convidam-se os deputados a refletir nos efeitos das radiações nucleares sobre a comunidade, que elegeram esses homens como representantes e defensores dos interesses sociais brasileiros.

O documento é ainda mais grave quando consideramos que sua distribuição coincide com a notícia-bomba (pois nada transpirou, até o último momento, das negociações que conduziram a uma decisão de suprema importância para a sorte da população nacional, tomada por pequeno grupo de homens do Governo e tecnoburocratas) de que serão localizadas duas usinas nucleares no litoral paulista em áreas que abriga, precisamente, uma estação ecológica oficial.

O Movimento em Defesa da Vida focaliza uma só das inúmeras conseqüências letais que as usinas desse tipo ameaçam produzir. E pergunta, com base em fatos comprovados e em pesquisas fidedignas sobre contaminação radioativa no organismo humano:

O testemunho do poeta-cidadão

EM 1980, já no ocaso da ditadura, a região florestal da Juréia, entre os municípios costeiros de Peruíbe e Iguape, se viu de repente ameaçada de sediar uma usina nuclear por força do acordo Brasil-Alemanha.

A população local reagiu, temendo que um acidente pudesse envenenar o seu hábitat. A lembrança do que ocorrera em Three Mile Island, em 1979, estava ainda viva na consciência ecológica mundial. Organizações ambientalistas e alguns cientistas eminentes uniram-se então e fizeram um apelo ao maior poeta vivo do país, Carlos Drummond de Andrade, para que escrevesse um artigo em apoio à luta comum.

O poeta recebeu dos cientistas as informações básicas sobre os riscos humanos e ambientais que a usina representava e publicou no *Jornal do Brasil* o texto ao lado transcrito.

A editoria julgou pertinente reproduzi-lo, pois nele reconhece dois méritos inegáveis:

- a) Trata-se de uma expressão de cidadania, cuja voz não costuma ser ouvida pela tecnocracia;
- b) O seu conteúdo está centrado nos perigos de doenças e mortes que correm as populações atingidas por um eventual acidente.

Releva notar que o poeta não podia imaginar que, seis anos mais tarde (1986), ocorreria o terrível vazamento de Chernobyl, na Ucrânia, cujos efeitos patogênicos ainda se fazem sentir.

A luta contra o Projeto Juréia não se deu em vão. O governo desistiu da idéia. Hoje a Juréia é uma bela reserva florestal.

Editor

“Sabe V.Exa. que o leite que nossas crianças tomam poderia sofrer, na sua composição, dos efeitos radioativos produzidos nas centrais nucleares? Em 1957, na Inglaterra, um erro humano provocou o vazamento de radioatividade de um reator, igual a 1/10 da radiação liberada pela bomba de Hiroxima, e obrigou o Governo a jogar fora todo o leite produzido numa área de 500 km de distância do reator. Para comparação: o Rio está a 133 km de Angra dos Reis. Descobriu-se no leite a presença do elemento radioativo cézio-137, que se incorpora no organismo através do ciclo solo-capim-vaca-leite. O cézio emite raios gama muito penetrantes e perigosos, que induzem a formações cancerosas em vários órgão.”

Prossegue o documento alinhando fatos que vou resumir.

Foi verificado cientificamente que a concentração média de elementos cancerígenos no leite aumenta na proporção em que se torna mais ativa a política nuclear e diminui quando essa política se desacelera.

O estrôncio-90 concentra-se com medonha eficácia nas cadeias alimentares do homem; infiltra-se no solo e na água, com efeitos patogênicos sobre a população. Semelhante à do cálcio, sua estrutura se fixa nos ossos em formação das crianças, assumindo o lugar daquele. Mas continua sendo estrôncio radioativo, produzindo leucemia e câncer. É absorvido por inalação e contaminação de alimentos. E leva mais de 30 anos a perder a metade do seu efeito.

Entre 1966 e 71, a usina de reprocessamento de Westvalley deixou escapar 45% do total de iodo-129. Isto provocou a 7 km de distância uma radioatividade 10 mil vezes maior do que a normal. E nossas usinas serão do tipo Westvalley.

Tais irradiações rompem o código de reprodução, a programação genética que cada célula possui. Desequilibra as leis da vida. Em 1969, pequeno acidente num reator do Colorado causou vazamento de partículas radioativas. Quatro anos depois,

o Departamento de Saúde verificou que nas fazendas da região nasciam animais disformes.

O plutônio, raro na natureza, é produzido no reator a partir do urânio. É das substâncias mais cancerígenas que existem. Inalado com o ar, instala-se nos brônquios e pulmões, emitindo raios-alfa para os tecidos vizinhos. Como o ferro, combina-se com as proteínas que transportam esse elemento no sangue. Param no fígado, nas células que armazenam ferro e na medula dos ossos. Resultado: câncer no fígado e nos ossos; leucemia. E cada reator produz por ano cerca de 250 kg de plutônio, com meia-vida de 500 mil anos!

Outra coisa: onde e como guardar eternamente o lixo atômico?

Por essas e outras, os Estados Unidos e a própria Alemanha, que nos vendem usinas nucleares, não querem mais saber de novos reatores em seus territórios. Inglaterra e Suécia já paralisaram completamente seus programas nucleares. E nós?

Acidentes conhecidos desmoralizaram o mito da infalibilidade das usinas nucleares. Se o futuro é incerto, e se a ciência não pode garantir um nível de segurança que tranqüilize o ser humano, a construção dessas usinas tem caráter de ameaça. Não se justifica a alegação de experiências para o progresso, a custo de vidas humanas, como ficou provado na trágica era nazista.

Se eu fosse deputado, a este hora, perderia o sono pensando nos riscos impostos ao país para nos envaidecermos de empreendimentos que buscam o chamado progresso e liquidam a segurança de viver. Mas é preciso ser deputado para sentir o peso atroz dessa ameaça? Eu, homem do povo e escrivão público, participo desse terror. E acho que o Poder Legislativo tem obrigação de pedir contas desse programa assustador, desenvolvido a sua revelia e sob total ignorância do povo.

Jornal do Brasil, 21.6.1980